



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-10 – Informação e Memória

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: UM DIAGNÓSTICO DA CONSTRUÇÃO CRÍTICA DA MEMÓRIA

MEMORY AND RESISTANCE: A DIAGNOSIS OF THE CRITIC CONSTRUCTION OF MEMORY

Caio Vargas Jatene – Universidade de São Paulo
Nair Yumiko Kobashi – Universidade de São Paulo

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este projeto, em andamento, destina-se a realizar o levantamento, classificação e discussão crítica dos Lugares de Memória política na América Latina. Esses dispositivos foram criados no período pós-regimes ditatoriais instalados em inúmeros países da América-latina. Este projeto reveste-se de importância, na atual conjuntura política latino-americana, de negacionismos quanto às Ditaduras Cívico-Militares, os golpes de Estado e as violações de Direitos Humanos, que vigoraram durante a segunda metade do século XX no continente. Os resultados da pesquisa serão sistematizados e inseridos em um *website*. Espera-se que os resultados obtidos contribuam para salvaguardar a memória, combater os esquecimentos e difundir informações para que os terrorismos de Estado não voltem a acontecer.

Palavras-Chave: Ditaduras Cívico-Militares; Memória; Lugares de Memória; Organização do Conhecimento; América Latina.

Abstract: This ongoing project intend to survey, classify and critically discuss political memory sites in Latin America. These devices were created in the post-dictatorships period, occurred in numerous latin american countries. This project has importance in the current latin american political conjuncture of negationism regarding the Civil-Military Dictatorships, the coups d'état and the violations of Human Rights, which took place in the continent during the second half of the twentieth century. The results of this research will be systematized and inserted into a website. It is expected that the obtained results contribute to safeguard memory, combat forgetting and disseminate information so that state terrorism does nevermore occur.

Keywords: Civil-Military Dictatorships; Memory; Places of Memory; Knowledge Organization; Latin America.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, presenciamos, na América Latina e no mundo, a ascensão de governos e programas políticos de extrema-direita, cujo caráter é eminentemente neoliberal. Arelado a esse cenário, como forma de autolegitimação, há um recrudescimento de negacionismos, revisionismos e relativismos, de cunho ideológico, a respeito das Ditaduras Cívico-Militares latino-americanas, que proliferaram no continente, principalmente, entre 1959 e 1990. Diante dessa conjuntura, o objetivo da presente pesquisa é averiguar o panorama geral da construção crítica da memória sobre essas ditaduras, por meio de um levantamento e classificação dos Lugares de Memória, criados com a finalidade de construir uma sociedade democrática, salvaguardar a memória, combater os esquecimentos seletivos, coletar e difundir informações para que os terrorismos de Estado não voltem a acontecer.

Com efeito, após o fim da era das ditaduras na América Latina e de longos períodos de transição dos autoritarismos militares para os regimes democráticos, surgiram iniciativas de Lugares de Memória política, tais como bibliotecas, museus, arquivos, associações da sociedade civil, centros de memória, documentação e pesquisa, imbuídas da ideia de construção crítica da memória daquele período. Dessa forma, partimos do pressuposto de que tais Lugares de Memória são sintomas da reflexão sobre a necessidade de criar uma memória libertadora, emancipatória e conscientizadora. Os dispositivos de memória apresentam configurações distintas e desenvolvem diferentes ações na persecução desses objetivos. Na perspectiva da Justiça de Transição, esses lugares ganham especial relevância e estão na linha de frente das batalhas pela memória e, portanto, justificam sua abordagem como legítimo objeto de pesquisa. As informações até agora coletadas servirão também para alimentar o *website* denominado “Memória e Resistência”, desenvolvido por pesquisas anteriores a esta, o qual encontra-se acessível a todos os públicos interessados.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho tem caráter exploratório, descritivo e bibliográfico, pelo qual objetiva-se estudar comparativamente as Ditaduras Cívico-Militares, de 1959 a 1990 e recuperar, pelo método histórico, os elementos de constituição, ascensão e consolidação dessas ditaduras; conhecer os contextos históricos de transição das ditaduras para os regimes democráticos, de modo a refletir sobre a gênese e o alcance das políticas e

iniciativas de construção crítica da memória do período; delimitar conceitualmente o objeto de estudo e contextualizá-lo historicamente para estabelecer critérios bem definidos de identificação e caracterização; classificar os Lugares de Memória, por meio da elaboração de uma estrutura de metadados e, por fim, organizar e disponibilizar as informações coligidas em um *website*. Para tanto, estão sendo adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) levantamento bibliográfico sobre os temas;
- b) elaboração de fichamentos e revisões bibliográficas das leituras selecionadas;
- c) levantamento e identificação de Lugares de Memória;
- d) elaboração de estrutura de metadados para classificação dos Lugares de Memória levantados;
- e) efetuar uma representação temática e descritiva desses Lugares de Memória;
- f) organizar e disponibilizar as informações no *website* “Memória e Resistência”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os principais eixos temáticos que norteiam o referencial teórico do presente trabalho são: Ditaduras Cívico-Militares; Justiça de Transição; Memória; Lugares de Memória e Organização do Conhecimento, que serão brevemente abordados a seguir.

3.1 Ditaduras Cívico-Militares

Para delimitação do tema deste estudo, utilizaremos um recorte historiográfico que vai de 1959 até 1990, ou seja, do triunfo da Revolução Cubana até o final da Guerra Fria, período em que vigoraram as ditaduras ditas “contrarrevolucionárias” ou de “segurança nacional” (ROUQUIÉ, 1984; PADRÓS, 2103). Identificamos pelos menos 11 países do continente onde foram efetuados golpes de Estado, durante a segunda metade do século XX, para implantação de regimes de exceção, que se traduziram em instauração de Terrorismos de Estado¹ e violações sistemáticas dos Direitos Humanos.

¹ Segundo a definição apresentada por Enrique Padrós (2013), os Terrorismos de Estado podem ser definidos como: “uma estrutura de dominação e disciplinamento aplicada de acordo com as necessidades particulares dos promotores dos golpes de Estado em cada país da região. Uma administração implementa o TDE quando potencializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão à sua disposição, a partir de uma lógica de uso ostensivo, extensivo e intensivo de medidas repressivas, atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos, sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil” (PADRÓS, 2013, p. 3).

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Neste trabalho, consideramos os golpes de Estado, que desencadearam as ditaduras latino-americanas, como ápice de processos históricos interdependentes, nos quais convergiram fatores externos e internos. Em um contexto geral de Guerra Fria pós-segunda guerra, somado às especificidades locais e aos aspectos sociais e ideológicos internos, esses golpes foram arquitetados pela associação das Forças Armadas e das elites nacionais, apoiados por setores das classes médias, com a finalidade de assegurar a manutenção do *status quo* e viabilizar, por meio da violência política sistemática e institucionalizada, uma nova ordem de desenvolvimento capitalista dependente (FERNANDES, 2010). Essas ditaduras são assim denominadas como civil-militares, pois, conforme René Dreifuss (1981), os poderes militares não agiram independentemente das elites orgânicas locais. Os chamados “tecnocratas” tiveram participação em todas as esferas do poder, tendo sido também diretamente beneficiados economicamente. Por isso, de acordo com o enfatizado pela historiografia atual, utilizamos a denominação Ditaduras Civis-Militares (FICO, 2004; NAPOLITANO, 2011).

3.2 Justiça de Transição

Posteriormente à queda das ditaduras, nas décadas de 1980 e 1990, os países latino-americanos passaram por uma longa fase de transição dos autoritarismos militares para os regimes democráticos. Nesse contexto, deve-se destacar o papel da Justiça de Transição, definida como um efetivo esforço para a construção da paz sustentável, após períodos de conflito ou de violações sistemáticas dos Direitos Humanos (REÁTEGUI, 2011). Para Ruti Teitel (2000), entre as dimensões fundamentais da Justiça de Transição estão o fornecimento da verdade e a construção da memória. Em razão disso, a Justiça de transição se manifesta, dentre outras formas, por meio da mobilização de setores da sociedade em torno de projetos de construção da memória, da recordação e da reafirmação da própria dignidade.

A realidade latino-americana mostra que, ainda hoje, muitas informações sobre o período de exceção continuam inacessíveis. De um lado, por terem sido deliberadamente ocultadas e, de outro, por estarem dispersas em espaços e localidades diversos, o que denota a tendência em deixar no esquecimento fatos reveladores das violações dos Direitos Humanos durante os regimes autoritários (THIESEN, 2011). Por isso, as iniciativas de

construção da memória desse período assumem evidente importância, como forma de suprir uma lacuna deixada ao longo do processo de restabelecimento da democracia.

3.3 Memória

A Memória pode ser considerada, em linhas gerais, como uma evocação do passado. Mas, não se refere somente ao seu aspecto pessoal ou individual, ela possui um âmbito social ou coletivo (HALBWACHS, 1990), que diz respeito à memória cristalizada em monumentos, documentos, relatos de uma sociedade (CHAUÍ, 2000). Por se tratar de um objeto de disputas sociais, a memória coletiva precisa, antes de tudo, possuir um aspecto crítico e problematizador, de modo a não ser somente da ordem da ideologia (HUYSSSEN, 2000; MENESES, 1992). Como afirma Marcos Napolitano (2014), estamos vivendo hoje no Brasil e, porque não dizer na América Latina também, uma verdadeira “guerra memorialística” contra os revisionismos de caráter essencialmente ideológicos, motivo pelo qual a memória deve ser um “processo permanente de construção e reconstrução” (MENESES, 1992, p. 10).

Nesse sentido, a memória traumática deve ser contemplada para elucidar e não apenas para julgar, bem como deve garantir o direito à História, ou seja, o acesso ao conhecimento das raízes dos traumas e seus efeitos (MENESES, 2018). Desta feita, é importante destacar: Memória não se confunde com História. Memória deve ser entendida aqui como objeto de estudo da História. Como explica Pierre Nora (1993), a memória é sempre viva, carregada por grupos vivos e, por essa razão, está em constante evolução, suscetível à lembrança e ao esquecimento, vulnerável aos usos e às manipulações, às longas latências e repentinas revitalizações. A História, por sua vez, é a reconstrução problemática e sempre incompleta do passado através de uma operação intelectual. Para Jacques Le Goff (2013) a História é a forma científica da memória coletiva e, portanto, se aplica a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. Ainda, segundo Andreas Huyssen (2000), os usos políticos da memória podem abarcar a mobilização do passado para contrariar a política dos regimes pós-ditaduras latino-americanas, que perseguem o esquecimento através de discursos de “reconciliação” ou de “anistia geral”, equiparando torturadores a torturados.

Por isso, devemos considerar, nos Lugares de Memória das ditaduras latino-americanas, a memória em seu aspecto positivo e libertador, sem se afastar de seu aspecto

crítico, com um caráter emancipatório, instrutivo, “desalienador”, que jamais pode ser esquecida, não pode ser latente, nem objeto de negacionismos; ela deve estar constantemente presente dando significado à história desse período, transformada em conhecimento, como parte de um anseio maior de construção de uma sociedade justa e democrática.

3.4 Lugares de Memória

Os Lugares de Memória são os *loci* “onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7). Pierre Nora (1993) entende um lugar de memória como sendo aquele onde se tem vontade de memória. Isso significa ter a intencionalidade de admitir aquele local como detentor de memória, o que na falta dessa intenção, será apenas um lugar de história. Na conjuntura latino-americana pós-traumática de Ditaduras Civis-Militares, em um cenário de disputa pela memória, podemos dizer que os Lugares de Memória são suportes materiais da memória. Nesse contexto, as iniciativas de criação de Lugares de Memória política são relevantes, pois, preservam e disseminam documentos e informações importantes para a pesquisa científica ou para o conhecimento público, com a finalidade de “exorcizar o esquecimento, promover o reconhecimento e a reparação social dos indivíduos, grupos e coletividade” (THIESEN, 2011, p. 218).

Contudo, conforme defende Ulpiano Bezerra de Meneses (2018), a memória não substitui a justiça, tampouco os Lugares de Memória das ditaduras latino-americanas destinam-se a tribunais, logo, os Lugares de Memória cristalizam, solidificam, a construção de uma memória crítica do passado traumático, são espaços para interrogar e se interrogar, onde são provocadas reflexões sobre as causas e consequências do horror e, ainda, sobre a própria sociedade que permitiu e foi conivente com essas práticas. Em nosso contexto, podemos tratar os lugares também como sintomas do presente, como relata François Hartog (1996, p. 149): “Os *Lieux* foram considerados sobretudo um diagnóstico da situação presente e uma resposta a essa situação, e também um prognóstico.”

3.5 Organização da Informação

A organização do conhecimento compreende a análise dos objetivos, dos processos e dos instrumentos que caracterizam as distintas possibilidades de organização da informação, tendo em vista sua inserção histórica e sociocultural. Sendo assim, a partir das

proposições de Documento/Monumento de Jacques Le Goff (2013), os Lugares de Memória, em sua totalidade, podem ser tratados aqui como documentos, passíveis de serem classificados e organizados para pesquisa. Dessa maneira, os Lugares de Memória podem ser assim entendidos, pelo seu processamento, pela sua materialidade e pela sua intencionalidade (BUCKLAND, 1997). Como observa Bernd Frohmann (2008), o estudo da materialidade do documento deve ser eminentemente contextual, isto é, inserido em um âmbito socioeconômico, razão pela qual a identificação e classificação de tais lugares devem estar balizadas de forma conceitual e contextual.

Diante dessa perspectiva, como afirma Erik-Mai (2016), os sistemas de classificação representam uma visão particular de mundo pautada em uma opção ética. Por conseguinte, visando combater principalmente o dogmatismo epistemológico, Garcia Gutierrez (2013) considera que todo conhecimento deve ser um regime aberto e incompleto, formado por uma série de conceitos múltiplos, interconectados e sem hierarquização. Dessa forma, a proposição de um diagnóstico da construção crítica da memória, com base na classificação de Lugares de Memória, aplicável ao contexto latino-americano, deve ser o mais abrangente possível para coletar e analisar as iniciativas de construção da memória, sem perder de vista os parâmetros teóricos e conceituais. Ademais, o profissional da Ciência da Informação precisa se colocar em posição de confronto de modo a desempenhar ações voltadas para os públicos de diferentes realidades sociais e culturais, motivo pelo qual, as informações coletadas serão inseridas no *website* “Memória e Resistência”, sem ficarem restritas ao âmbito acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante as considerações acima, espera-se, com a presente pesquisa, fazer um diagnóstico da construção crítica da memória das Ditaduras Cívico-Militares da América Latina, na segunda metade do século XX, por meio de levantamento, mapeamento, classificação e representação descritiva dos Lugares de Memória política. Assim, uma vez delimitado o objeto, é possível analisar a conjuntura geral da construção crítica da memória, por meio das iniciativas criadas para este fim. Além disso, as informações coletadas sobre os Lugares de Memória classificados serão inseridas no *website* “Memória e Resistência”, uma ferramenta de pesquisa e difusão do conhecimento para todos os públicos.

REFERÊNCIAS

- BUCKLAND, M. K. What Is a “Document”? **Journal of the American Society for Information**, North Carolina, v. 48, n. 9, p. 804-809, set. 1997.
- CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. 424p.
- DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ERIK MAI, J. Marginalization and exclusion: unraveling systemic bias of classification. **Knowledge Classification**, v. 43, n. 5, p. 324-330, 2016.
- FERNANDES, F. **Circuito fechado**. São Paulo: Globo, 2010. 320p.
- FICO, C. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L., MARTELETO, R. M., LARA, M. L. G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 17-34.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- HARTOG, F. Tempo e História: “como escrever a história da França hoje?”. **História Social**, Campinas, n. 3, p. 127-154, 1996.
- HUYSEN, A. En busca del tiempo futuro. **Revista Puentes**, Argentina, ano 1, n. 2, p. 1-21, dez. 2000. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4214449/mod_resource/content/1/HUYSEN%2C%20A.%20En%20busca%20del%20pasado.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2013.
- MENESES, U. B. de. A História, Cativeira da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 31 dez. 1992.
- MENESES, U. B. de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. *In*: CONFERÊNCIA ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS, 10., 2018, **Anais...** São Paulo. Disponível

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

NAPOLITANO, M. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX**, Montevideo, ano 2, v. 2, 2011.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PADRÓS, E. S. Ditaduras de segurança nacional em regiões de fronteira: o Rio Grande do Sul e a Rede de Direitos Humanos. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, 2013. Natal. **Anais [...]**. Disponível em:
file:///C:/Users/maric/Downloads/1364702100_ARQUIVO_EnriqueSerra Padros.pdf.
Acesso em: 18 jul. 2019.

REÁTEGUI, F. (org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. 476p.

TEITEL, R. G. **Transitional justice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

THIESEN, I. (org.). **Imagens da clausura na ditadura militar de 1964: informação, memória e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.